

Análise de Conteúdo Sobre a Participação de Pessoas Trans nas Eleições de 2018 e 2022¹

Solange Lopes da Conceição²

Universidade Federal do Maranhão, UFMA, MA

RESUMO

Esta pesquisa tem como intenção realizar uma análise de conteúdo das candidaturas de pessoas trans durante o período eleitoral nas eleições de 2018 e 2022. Tendo em vista a falta de material bibliográfico sobre o tema, neste artigo, serão expostos os pressupostos metodológicos para a sua realização. Com o objetivo de intensificar os estudos sobre o aumento exponencial das pessoas trans na política em relação a anos anteriores, buscar compreender por meio da análise de informações expostas em entrevistas, matérias, reportagens, discursos públicos e redes sociais, com foco em compreender os processos e obstáculos percorridos pelas candidatas Erika Hilton, Duda Salabert, Linda Brasil e Dani Balbi, até serem eleitas.

PALAVRAS-CHAVE: Análise; Participação; Pessoas Trans; Eleições 2018 e 2022.

INTRODUÇÃO

Em uma sociedade marcada por tabus e preconceitos, este artigo apresenta o esboço metodológico de uma pesquisa que tem como meta realizar uma análise de conteúdo sobre a participação de pessoas trans nas eleições, no período entre 2018 e 2022. De acordo com o levantamento da Associação Nacional de Travestis e Transexuais (Antra), houve um aumento de 44% em relação às candidaturas de pessoas trans no Brasil em 2018. Conforme esses dados, foram registradas 76 candidaturas em 2022, sendo que em eleições anteriores 53 pessoas trans saíram como candidatas.

Segundo a resolução do TSE, no ano de 2018, as pessoas não identificadas com o sexo biológico, puderam incluir ao título de eleitor o nome no qual são reconhecidas socialmente. Puderam, assim, ser tratadas segundo a sua vontade, nos locais de votação,

¹ Trabalho apresentado no Grupo de Trabalho (GT 14 - Estudos da Comunicação) evento integrante da programação do 21º Congresso de Ciências da Comunicação na Região Norte, realizado de 22 a 24 de maio de 2024.

² Graduada em Comunicação Social do Curso de Jornalismo da UFMA – MA, email: sollopescon@gmail.com

enquanto antes eram obrigadas a utilizar seus nomes de nascimento com os quais não se identificavam. “A pessoa desconhece que, para além da retificação, ela pode usar o nome social. Ela é desestimulada a buscar esses direitos pelo fato de não ter informações acessíveis e campanhas para garantir que ela tome conhecimento”, afirma Benevides (2022).

A problemática da pesquisa está relacionada ao fato de que são escassos os objetos de estudo de trabalhos científicos na área da comunicação, sobre a participação nas eleições de pessoas trans. Porém, percebe-se que grande parte dos trabalhos acadêmicos que se dedicam à pesquisa estão concentrados em abordar outros assuntos, não se dedicando a tópicos relacionados com o tema voltado para as pessoas trans no cenário político.

Constatou-se que a questão passou a ser debatida pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE) em resposta à Consulta nº 0604054- 58.2017.6.00.0000. Colocou-se para resolução da Corte a controvérsia hermenêutica em torno da expressão “cada sexo” constante no art. 10, parágrafo 3º, da Lei das Eleições. Em 1º de março de 2018, a referida Corte, por unanimidade, em resposta à consulta formulada, regulamentou a participação da pessoa “trans” no processo eleitoral, seja na condição de eleitor(a) e/ou de candidato(a).

Quando uma pessoa Trans decide colocar o seu corpo para a disputa eleitoral ela está segura do seu papel na sociedade, e quer exatamente fazer nesse lugar o que ela desejou durante toda a sua vida, mesmo sabendo das adversidades que vai encontrar nesse caminho. E é importante ter em mente que não existe luta individual e que toda atuação política deve ter como compromisso a transformação da sociedade ao ponto em que consigamos enfrentar as desigualdades e injustiças. (Benevides; Simpson, 2020).

METODOLOGIA

A pesquisa foi realizada com base na análise de informações expostas em entrevistas, matérias, reportagens, discursos públicos e redes sociais, com foco em compreender sobre processos e obstáculos percorridos pelas candidatas até serem eleitas. Posteriormente, serão feitas entrevistas semiestruturadas com as candidatas, e o método de análise a ser utilizado será pesquisa qualitativa de cunho exploratório, com o intuito de coletar informações sobre a participação de pessoas trans nas eleições entre 2018 e 2022.

Na abordagem qualitativa, a pesquisa exploratória – ou estudo exploratório – tem o objetivo de conhecer o fenômeno estudado tal como ele se apresenta ou acontece no contexto em que está inserido. E para esse tipo de investigação, na área das Ciências Humanas e Sociais, o enfoque qualitativo permite melhor compreensão do comportamento humano e do contexto social. A pesquisa exploratória permite, nesse processo, que o pesquisador contemple os dados

qualitativos de forma sistêmica, com uma compreensão ou interpretação detalhada do fenômeno analisado.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Como define Bardin (1977, p. 47), a análise de conteúdo é “um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando a obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens”, sempre em busca de indicadores, que podem ser quantitativos ou qualitativos, que “permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens”.

Godoy (1995) afirma que a análise de conteúdo, segundo a perspectiva de Bardin, consiste em uma técnica metodológica que se pode aplicar em discursos diversos e a todas as formas de comunicação, seja qual for à natureza do seu suporte. Nessa análise, o pesquisador busca compreender as características, estruturas ou modelos que estão por trás dos fragmentos de mensagens tornados em consideração.

Conforme aponta Bardin (1977), uma “compreensão espontânea” dos dados que estavam em nossas mãos. A preocupação era ter uma atitude de “vigilância crítica” diante dos dados e, por essa razão, buscamos, por meio das inferências, atribuir-lhes significados. Sobre a pesquisa qualitativa, a “preocupação com o processo é muito maior do que com o produto” (Lüdke; André, 1986, p. 12). O significado que as pessoas conferem às coisas e à sua vida e suas perspectivas se mostram essencial para o pesquisador qualitativo, ou seja, existe uma relação entre o participante da pesquisa e o objeto de estudo (Bogdan; Biklen, 1994). Ao pesquisar a participação de pessoas trans nas eleições, e perceber como estão ganhando visibilidade diante da sociedade, percebe-se a importância de analisar e compreender o tema abordado na política.

Segundo Santos (1991), a pesquisa exploratória é o contato inicial com o tema a ser analisado, com os sujeitos a serem investigados e com as fontes secundárias disponíveis. Nesse caso, o pesquisador deve ter uma atitude de receptividade às informações e dados da realidade social, além de uma postura flexível e não formalizada. Tripodi et al. (1975) afirmam que os estudos exploratórios são baseados na pressuposição de que, a partir do us

de procedimentos relativamente sistemáticos, pode-se desenvolver hipóteses relevantes a um determinado fenômeno.

ANÁLISE

Nas eleições do dia 2 de outubro de 2022, foram eleitas quatro mulheres trans e, pela primeira vez, o Congresso brasileiro contou com representantes transexuais. O pleito do ano passado elegeu duas deputadas federais, Erika Hilton (PSol-SP) e Duda Salabert (PDT-MG). Ambas figuram entre os 50 deputados federais mais votados do Brasil. Além delas, as assembleias legislativas de Sergipe e do Rio de Janeiro também elegeram, pela primeira vez, mulheres trans: Linda Brasil (PSol-SE) e Dani Balbi (PCdoB-RJ). Tanto Erika Hilton, quanto Duda Salabert, também foram as primeiras vereadoras transexuais eleitas em seus municípios.

Erika Hilton, com 29 anos, exerceu o mandato de vereadora por São Paulo. Ela foi a primeira mulher trans eleita para a Câmara Municipal da cidade, em 2020. Com 50.508 votos, ela foi a vereadora mais votada do Brasil. Agora, se tornou a primeira transexual eleita deputada federal por São Paulo. Nas eleições de 2022, Erika conseguiu 256.903 votos e foi a nona deputada com mais votos no estado.

Além disso, em 2018, Erika exerceu o cargo de co-deputada estadual pela Mandata Ativista, primeiro mandato coletivo de São Paulo. Atualmente, a agora deputada federal preside a Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Vereadores de São Paulo. Ela também presidiu a Comissão Parlamentar de Inquérito da Violência Contra Pessoas Trans e Travestis na Câmara Municipal de São Paulo. Erika foi criada pelas mães e pelas avós em Franco da Rocha, interior de São Paulo. Quando tinha 15 anos foi expulsa de casa por ser trans. Na época, foi morar na rua e teve que recorrer à prostituição. Seis anos depois, voltou a morar com a mãe e finalizou os estudos.

Duda Salabert Rosa, tem 41 anos e é professora de literatura. Em 2018, ela se tornou a primeira pessoa trans a se candidatar ao cargo de senadora no Brasil. Com 351.874 votos, ela terminou a disputa em oitavo lugar entre os 15 candidatos de Minas Gerais. Em 2020, ela se tornou a primeira vereadora trans de Belo Horizonte, sendo a mais votada da cidade. Nas eleições de 2022, ela se tornou a primeira deputada federal transexual eleita por Minas Gerais. Com 208.332 votos, Duda foi a terceira deputada federal mais votada em Minas e a 29ª do país. Duda ajudou a fundar a primeira Casa de Acolhimento de Pessoas Trans em Situação de Rua e fundou a Ong Transvet.

Professora, Dani Balbi, foi eleita deputado estadual do Rio de Janeiro com 65.815

votos e se tornou a primeira a ocupar uma cadeira na Assembleia Legislativa do Rio. Dani também foi a primeira professora trans da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Ela é doutora em literatura pela mesma universidade. Personalidades como Caetano Veloso e Preta Gil declararam voto em Dani. "Eu ainda não tenho palavras para dimensionar o quanto estou feliz por termos alcançado esse marco na história do nosso estado. Posso ser a primeira, mas nosso caminho a partir de hoje vai ser trilhado para que dezenas de nós, mulheres trans, possam ocupar o mesmo espaço que eu daqui pra frente", comemorou Dani pelo Instagram.

Linda Brasil, tem 49 anos e é natural de Santa Rosa de Lima, em Sergipe. Ela é educadora e ativista. Também é fundadora da ONG CasAmor, que acolhe pessoas da comunidade LGBTQIA+. Em 2022, Linda teve 28.704 votos e se tornou a primeira mulher trans a ocupar uma das cadeiras da Assembleia Legislativa de Sergipe. Antes disso, em 2020, Linda, foi a candidata mais votada em Aracaju para vereadora, quando se tornou a pessoa trans pioneira a ocupar uma vaga na Câmara de Vereadores da capital sergipana.

Por se tratar de assunto que não é muito discutido na sociedade e principalmente no universo do campo da política por fatores que precisam ser debatidos, pesquisados para posteriormente serem compreendidos.

LGBT é um acrônimo de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Trans. Eventualmente algumas pessoas utilizam a sigla GLBT, ou mesmo LGBTTT, incluindo as pessoas transgênero/queer. Identidade de gênero é a forma com o qual uma pessoa se identifica, que pode ou não concordar com aquele que lhe foi atribuído quando de seu nascimento. Identidade de gênero e orientação sexual são dimensões diferentes e que não se confundem.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Entende-se que com o aumento de pessoas trans participando de eleições como candidatas, esta pesquisa irá com base em levantamentos de dados por meios de análise de conteúdos, durante o período eleitoral em fontes documentais, revisão bibliográfica e possíveis entrevistas. Com o objetivo de intensificar os estudos sobre o aumento exponencial das pessoas trans na política. Buscando compreender como é o processo eleitoral percorrido pelas candidatas até serem eleitas.

REFERÊNCIAS

Agência de Notícias da AIDS. **O uso do nome social dispara entre eleitores trans e ainda confunde candidatos, informa Folha de S. Paulo.** Disponível em: <https://agenciaaids.com.br/noticia/uso-do-nome-social-dispara-entre-eleitores-trans-e-aindaconfunde-candidatos-informa-folha-de-s-paulo/> acessado em 20 de setembro de 2023.

ANTRA. **Candidaturas trans 2018.** Disponível em: <https://antrabrasil.org/eleicoes2018/> acesso em: 10 de setembro de 2023.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo.** Lisboa: Edições 70, 1977.

BENEVIDES, Bruna; SIMPSON, Keila. **Mapeamento de candidaturas de Travestis, Mulheres transexuais, homens trans e demais pessoas trans em 2020.** ANTRA, 2020. Disponível em: <https://antrabrasil.files.wordpress.com/2020/11/lista-final-15nov2020-1.pdf> Acesso em: 25 de setembro de 2023.

BOGDAN, R; BIKLEN, S. **Investigação qualitativa em educação.** Portugal: Porto, 1994.
Dane, F. **Research methods.** Brooks/Cole Publishing Company: California, 1990.

G1. T SE diz que 1,4 mil transexuais e travestis solicitaram registro de nome social no título de eleitor; prazo vai até 9 de maio. Disponível em: . Acesso em 01 de out. de 2023.

GODOY, A.S. **Introdução a análise qualitativa e suas possibilidades.** Revista de Administração de Empresas: São Paulo, v. 35, n. 2, p. 57-63. Disponível em: . Acesso em: 26 de set. 2023.

M. Lüdke e M. E. D. André, “**A pesquisa em educação: abordagens qualitativas**”, São Paulo: EPU, 1986.

SANTOS, J. V. T. **A construção da viagem inversa. Cadernos de Sociologia, ensaio sobre a investigação nas ciências sociais,** Porto Alegre, v. 3, n. 3, p. 55-88, jan./jul. 1991

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. **TSE aprova uso do nome social de candidatos na urna.**

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. **Divulgação de candidaturas e contas eleitorais.** Disponível em: <https://divulgacandcontas.tse.jus.br/divulga/#/>. Acesso em 01 de set de 2023.

TRIPODI, T.; FELLIN, P.; MEYER, H. **Análise da pesquisa social. Rio de Janeiro: Francisco Alves,** 1975.